




RELATÓRIO
ANUAL

2016



Plano de Atividades 2017

- Desenvolver Campanhas de Capitalização 2017;
 - Envolver a comunidade em ações voltadas para o Cooperativismo;
 - Continuar estimulando a participação de Dirigentes, Conselheiros e funcionários em cursos e treinamentos;
 - Implementar estratégias que promovam a fidelização dos associados;
 - Reestruturar o espaço físico das agências;
 - Promover ações de responsabilidade social e ambiental junto à Comunidade;
 - Ampliar a participação do Sicoob Coopemar na sua área de atuação.
- 

Sumário

Mensagem do Presidente	06
Quadro Evolutivo	08
Mensagem do Conselho de Administração	10
Mensagem da Diretoria Executiva	12
Principais indicadores de desempenho	14
Avaliação e planejamento	18
Rede de atendimento ampliada e nova razão social	20
Transparência e democracia	21
Delegados do Sicoob Coopere	22
Capacitação	26
Compromisso social	29
Órgãos da Administração	30
Agências	31
Relatório da Administração	32

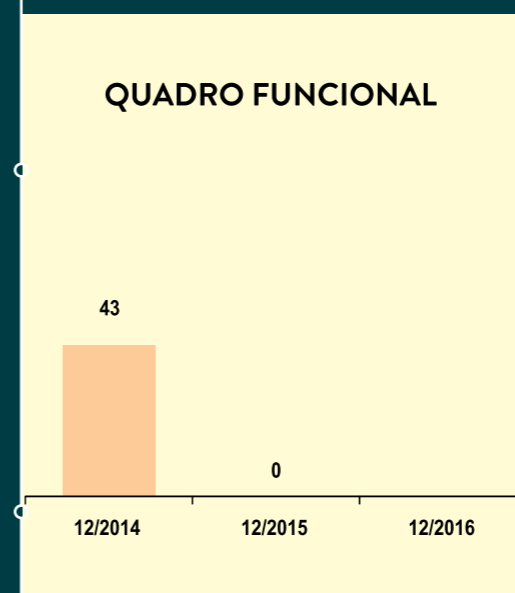
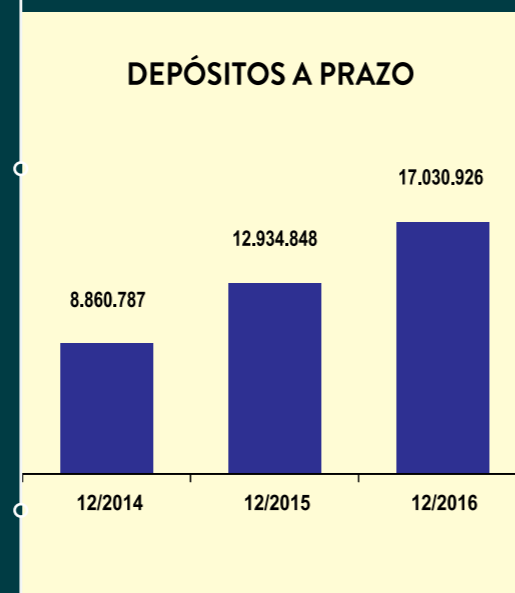
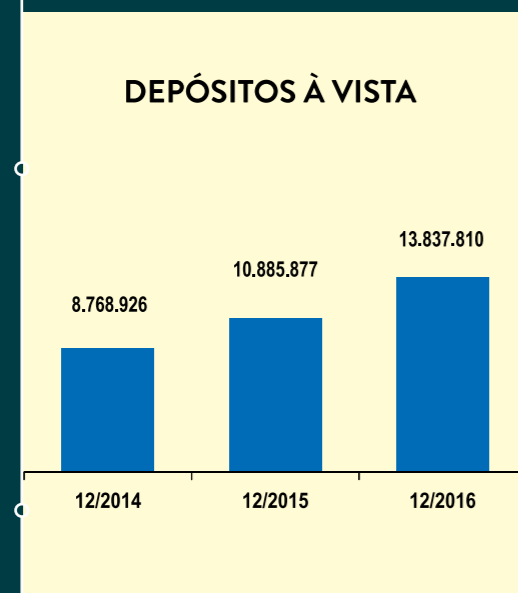
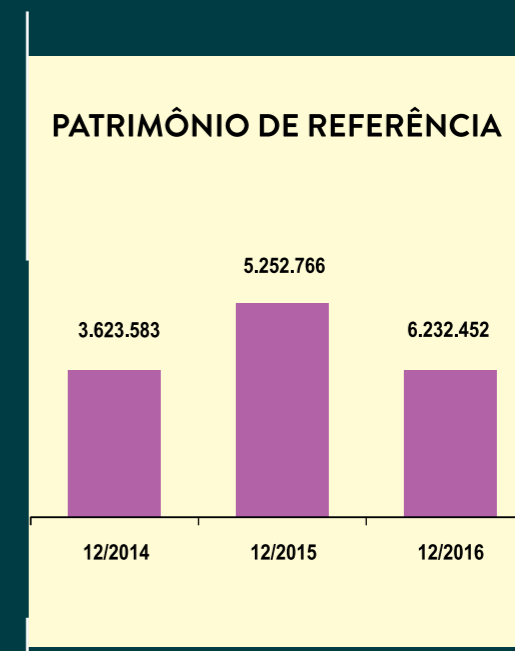
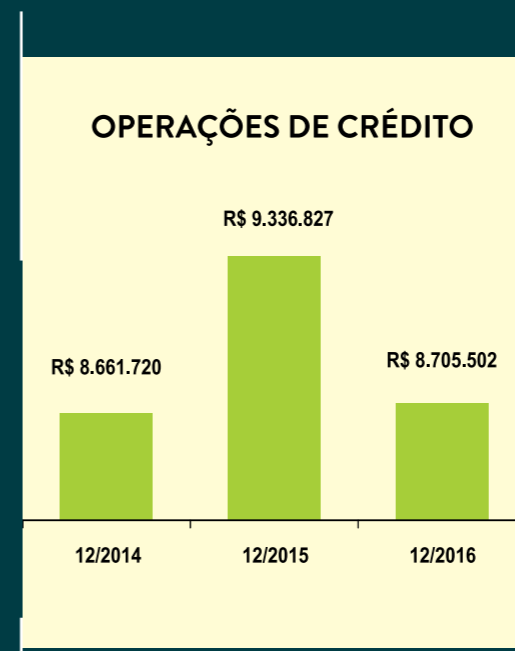
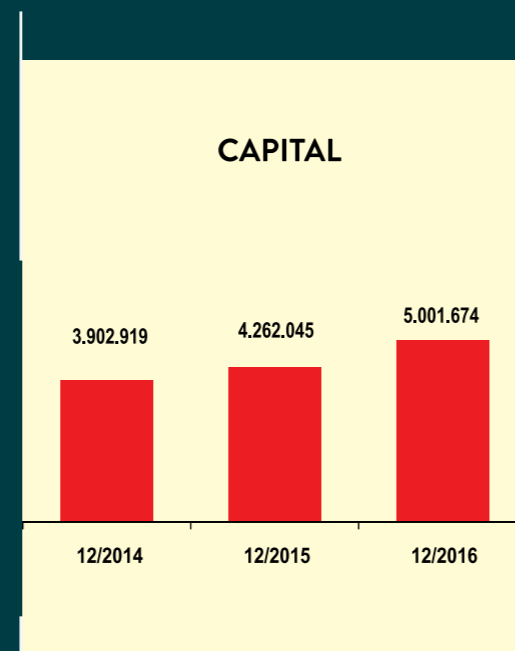
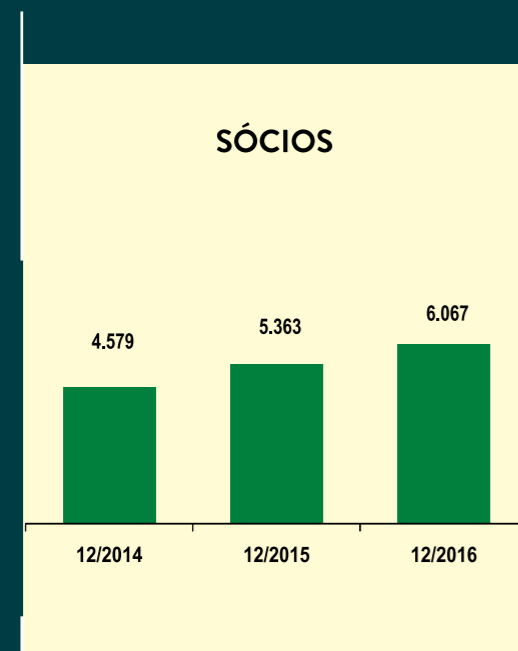
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Terminamos 2016 com os olhos voltados para o futuro. “Pessoas Ajudando Pessoas” foi a frase escolhida para comemoração do dia Internacional do Cooperativismo de Crédito em 2015, que define o que é viver a essência do cooperativismo. Baseando-se nisso, estamos unidos mais uma vez para celebrar conquistas e resultados obtidos em 2016 através da prática da cooperação. Enfrentamos dificuldades e o espírito cooperativista nos fez encontrar soluções capazes de gerar retorno financeiro, não só para os cooperados, mas para toda as comunidades nas quais atuamos. Neste momento dedicado às comemorações, vem também um questionamento sobre a situação que estamos vivendo no Brasil – um cenário de crise tanto de crédito, quanto político. Vamos continuar trabalhando em busca de alternativas para superar as dificuldades através de aprimoramentos de novos mecanismos operacionais e padrões de governança. Estamos levando para deliberação na Assembleia sugestão de mudança no modelo de governança que permite amplitude associativa, devendo a sua abrangência no quadro social constar em nosso estatuto. Sabemos que 2017 será um ano que ainda vamos enfrentar grandes desafios, contudo será também um ano de oportunidades de negócios e novos caminhos para nossa coope-

rativa. A caminhada será facilitada e norteadada pelo nosso planejamento estratégico, construído e validado coletivamente com o apoio do Sicoob Central – BA. Os rumos estão traçados, agora é trabalhar em conjunto para superar os obstáculos e partilhar os resultados e as vitórias alcançadas, buscando um ambiente cada vez mais favorável ao crescimento sustentável da Cooperativa. Queremos sugerir aos nossos cooperados que assumam a cooperativa como sua, exercendo seus direitos e deveres em sua plenitude. Quando você faz movimentação financeira ou adquire algum produto ou serviço na sua cooperativa, automaticamente, você está fortalecendo a empresa e conseqüentemente, possibilitando que a cooperativa apresente resultados positivos para poder evoluir e crescer, mantendo-se competitiva diante do conglomerado econômico e financeiro. Para este novo exercício, queremos renovar o compromisso de manter o Sicoob Coopemar atendendo às necessidades dos seus associados e trabalhando de forma integrada com as demais entidades do sistema. Queremos registrar os nossos sinceros agradecimentos a todos os nossos cooperados, funcionários, parceiros e diretores.

Saudações Cooperativistas

QUADRO EVOLUTIVO SICOOB COOPEMAR



RELAÇÃO DE COLABORADORES

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE MAIRI LTDA
SICOOB COOPEMAR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	VANDEVALDO TEIXEIRA RIOS
Vice-presidente	JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
Conselheiros	ERIVALDO SILVA OLIVEIRA JOCEVAL MOREIRA DE SOUZA JOSÉ SILVA DA COSTA LUCIARA ANDRADE DE OLIVEIRA LUCIANO MAIA DE OLIVEIRA RUMMENIGGE LIBÓRIO OLIVEIRA DOS SANTOS VERA LÚCIA NASCIMENTO MENDES

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Geral	VANDEVALDO TEIXEIRA RIOS
Diretor Administrativo	JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
Diretora Operacional	LUCIARA ANDRADE DE OLIVEIRA

CONSELHO FISCAL

Coordenador	WALLACE ALVES MENDES DE SOUZA
Membros Efetivos	UESLEN CIRQUEIRA RIOS JOSÉ MARCOS REIS DA SILVA
Suplentes	ANTÔNIO PEREIRA NETO SODEVAL RIBEIRO CUNHA LUCAS SILVA FERNANDES DOS SANTOS

COLABORADORES

Agência de Mairi:

Gerente de Relacionamento	JOSIEL AUGUSTA BARBOSA
Analista de Negócios	ANTONIO SERGIO CARNEIRO MOTA
Caixa	DJALMA LIMA CERQUEIRA
Caixa	MIRIAM DOS REIS SOUZA
Tesoureiro	EDSON SOUSA DA SILVA SANTOS
Estagiária	JULIANA ARAGÃO MASCARENHAS
Analista Administrativo	LAIZE SANTANA OLIVEIRA
Assistente Administrativo	PEDRO PAULO SILVA DE ASSUNÇÃO
Auxiliar de Serviços Gerais	ROSICLEI DA SILVA OLIVEIRA
Supervisor Administrativo Financeiro	SIMONE MURITIBA REIS SAMPAIO
Supervisora de Crédito	TAMILLI DE ARAÚJO OLIVEIRA SILVA
Receptionista	ELISÂNGELA MOREIRA NASCIMENTO
Analista Financeiro	THAÍS ALMEIDA RIOS DA SILVA
Assistente de Crédito	VALDEMIR DOS S. MATOS JÚNIOR

Agência de São José do Jacuípe:

Gerente de PA	JOSÉ JEOVÁ SEBASTIÃO LOPES
Caixa	AURICÉLIA OLIVEIRA VILARONGA
Analista de Negócios	CINTHIA VILAS BOAS RIOS
Agente de Atendimento	NAIARA VILARONGA FEITOSA

Agência de Várzea do Poço:

Gerente de PA	DOUGLAS OLIVEIRA ABREU
Caixa	ELIJANE LIMA DA SILVA REIS
Agente de Atendimento	THAMILA MATOS RIOS
Estagiária	THAINAN DA PAIXÃO NASCIMENTO

Agência de Serrolândia

Gerente de PA	GIVANILDO ALMEIDA DE SOUZA
Caixa	MICHELLE MARIA NASCIMENTO
Agente de Atendimento	SAMARA NERI MACHADO
Estagiário	KAIQUE SOUZA DO NASCIMENTO

Agência de Miguel Calmon

Gerente de PA	DAYSE LEILA OLIVEIRA SILVA
Agente de Atendimento	WALQUEILA MENEZES DE SOUZA
Caixa	ELVIS SANTOS DA SILVA
Caixa	ROTON FÁBIO MARQUES OKUYAMA
Auxiliar de Serviços Gerais	RAULITA MENEZES RIOS BACELAR

Agência de Juazeiro

Gerente de PA	JOSÉ NEILSON FERREIRA SAMPAIO
Caixa	JOHN LUBARINO DE BRITO
Caixa	RAFAEL SOUZA DA SILVA
Tesoureiro	JOSÉ RAIMUNDO VALERIANO DA PAIXÃO
Analista de Negócios	LARISSA COELHO MOREIRA
Assessor de Negócios	SILVÂNIA CONCEIÇÃO SERAFIM SOUZA
Assistente Financeiro	MARIA DA GUIA ELIOTÉRIO DE SOUSA
Assessor Financeiro	MARIA DE FÁTIMA GOMES ALVES
Estagiária	VANESSA DE SOUZA FERREIRA
Auxiliar de Serviços Gerais	SONIA LUCY SOLIANO
Analista de Negócios	ALBANIZE ALVES DA SILVA
Analista de Negócios	ERLANNE DE SOUZA ASSIS ANDRADE
Caixa	RONALDO MIGUEL DE OLIVEIRA
Agente de Atendimento	THERMUTES PONTES RAMOS

Agência de Petrolina

Analista de Negócios	LIDIANE DE LIMA SILVA
Agente de Atendimento	CLAUDIA MYRELLA DE L. CARVALHO
Assessor de Crédito	CLEIDIVANA VIDAL LEITE LINO
Caixa	JOSIVAL OLIVEIRA COSTA
Caixa	YAN GONÇALVES MACÊDO
Caixa	RYAN HOLLIDAY PEREIRA
Tesoureiro	CLOVIS NUNES DA COSTA

ENDEREÇO DAS AGÊNCIAS

MAIRI Rua Rui Barbosa, nº 152, Centro – CEP: 44.630-000 Telefone: (74) 3632-2217/3113	MIGUEL CALMON Praça Lauro de Freitas, nº 280, Centro – CEP: 44.720-000 Telefone: (74) 3627-2593
SÃO JOSÉ DO JACUÍPE Praça da Matriz, nº 396, Centro – CEP: 44.698-000 Telefone: (74) 3675-1380	JUAZEIRO Praça Barão do Rio Branco, nº 23, Centro – CEP: 48.903-400 Telefone: (74) 3611-7520 / 7892
VÁRZEA DO POÇO Praça Ariosto Soares Cunha, nº 226, Centro – CEP: 44.715-000 Telefone: (74) 3639-2415	PETROLINA Rua Calçadão Bahia, nº 87, Centro – CEP: 56.302-350 Telefone: (87) 3862-3607 / 3609
SERROLÂNDIA Rua Castro Alves, nº 200, Centro – CEP: 44.720-000 Telefone: (74) 3631-2366	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/16 da Cooperativa de Crédito Rural de Mairi. Ltda. – SICOOB COOPEMAR, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2016 o SICOOB COOPEMAR completou 16 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o SICOOB COOPEMAR obteve um resultado de R\$ 742.773 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 11,5 %.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 25.320.156. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 8.705.502.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$	336.999	4%
Carteira Comercial	R\$	8.368.503	96%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/16 o percentual de 20% da carteira, no montante de R\$ 1.770.053.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 30.868.737 apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 29%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$	13.837.810	45%
Depósitos a Prazo	R\$	17.030.926	55%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/16 o percentual de 34% da captação, no montante de R\$ 10.710.561.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICCOB COOPEMAR era de R\$ 6.232.452. O quadro de associados era composto por 6.067 Cooperados, havendo um acréscimo de 13% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICCOB CENTRAL BAHIA, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICCOB COOPEMAR adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICCOB CENTRAL BA, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses

processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

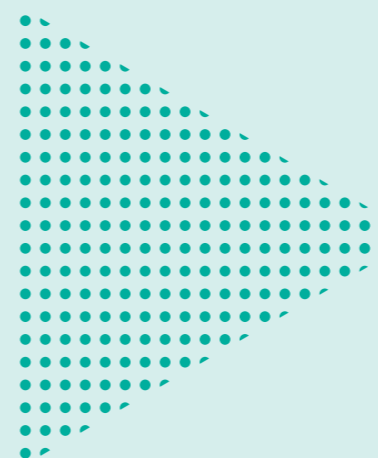
Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICCOB COOPEMAR aderiram, em 2010, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICCOB – SICCOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICCOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas



aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a Ouvidoria do SICOOB COOPEMAR registrou 07 (sete) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 07 (sete) reclamações, 03 (três) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembléia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

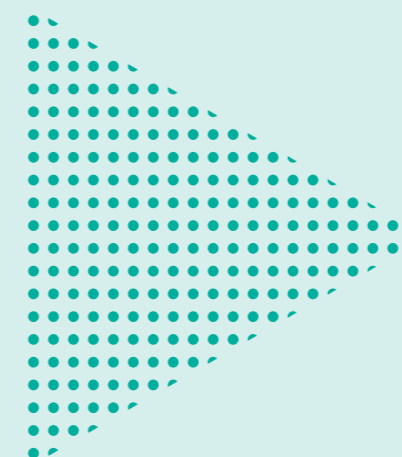
Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Mairi – BA, 21 de fevereiro de 2017.

Cooperativa de Crédito Rural de Mairi Ltda – Sicoob Coopemar

Conselho de Administração do Sicoob Coopemar



Vandevaldo Teixeira Rios
Presidente

João Almeida de Oliveira
Vice-Presidente

Luciara Andrade de Oliveira
Conselheira

Vera Lúcia Nascimento Mendes
Conselheira

Erivaldo Silva Oliveira
Conselheiro

Joceval Moreira de Souza
Conselheiro

José Silva da Costa
Conselheiro

Rummenigge Libório dos Santos
Conselheiro

Luciano Maia de Oliveira

Conselheiro

Diretoria Executiva do Sicoob Coopemar

Vandevaldo Teixeira Rios
de Oliveira
0Diretor Geral
Operacional

João Almeida de Oliveira
Diretor Administrativo

Luciara Andrade
Diretora

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

ATIVO	2016	2015	AH%
CIRCULANTE	33.518.627	25.420.263	32%
DISPONIBILIDADES - Nota 03-c	1.580.485	1.167.974	35%
CAIXA E BANCO	1.580.485	1.167.974	35%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - Nota 04	68.603	52.839	30%
VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	68.603	52.839	30%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - Nota 05	25.320.157	17.795.999	42%
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	25.320.157	17.795.999	42%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Nota 06	5.195.603	6.005.694	-13%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.679.121	6.862.757	-17%
ADIANTAMENTO A DEPOSITANTES	115.432	115.524	0%
EMPRÉSTIMOS	3.323.586	6.172.849	-46%
TÍTULOS DESCONTADOS	1.618.501	1.668.194	-3%
FINANCIAMENTOS	453.140	827.233	-45%
FINANCIAMENTOS RURAIS E AGROINDUSTRIAIS	168.462	553.027	-70%
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(483.518)	(857.063)	-44%
OUTROS CRÉDITOS - Nota 07	1.318.942	376.853	250%
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	51.801	950	5355%
RENDAS A RECEBER	327.175	255.866	28%
DIVERSOS	1.007.804	149.261	575%
(-) PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS	(67.838)	(29.224)	132%
OUTROS VALORES E BENS - Nota 08	34.837	20.903	67%
DESPESAS ANTECIPADAS	34.837	20.903	67%
NÃO CIRCULANTE	6.169.022	5.701.782	8%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - Nota 04	754.631	669.289	13%
VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	754.631	669.289	13%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - Nota 06	2.774.352	2.474.070	12%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.026.381	2.474.070	22%
EMPRÉSTIMOS	2.405.519	1.766.757	36%
FINANCIAMENTOS RURAIS E AGROINDUSTRIAIS	168.537	362.501	-54%
TÍTULOS DESCONTADOS	-	-	100%
FINANCIAMENTOS	452.325	344.813	31%
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(252.029)	-	100%
INVESTIMENTOS - Nota 09	1.087.866	904.272	20%
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	1.087.866	904.272	20%
IMOBILIZADO DE USO - Nota 10	1.434.852	1.157.547	24%
IMÓVEIS DE USO	620.180	651.198	-5%
INSTALAÇÕES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO	479.294	262.974	82%
OUTROS	335.378	243.375	38%
DIFERIDO - Nota 11	-	347.720	-100%
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO	-	347.720	-100%
INTANGÍVEL - Nota 12	117.320	148.883	-21%
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SOFTWARES	117.320	148.883	-21%
TOTAL DO ATIVO	39.687.649	31.122.044	28%

PASSIVO	2.016	2.015	AH%
CIRCULANTE	33.199.276	25.359.886	31%
DEPÓSITOS - Nota 13	30.868.737	23.820.725	30%
DEPÓSITOS A VISTA	13.837.810	10.885.877	27%
DEPÓSITOS SOB AVISO	15.778	19.912	-21%
DEPÓSITOS A PRAZO	17.015.148	12.914.936	32%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - Nota 14	350.269	282.681	24%
OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS	350.269	282.681	24%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	887.908	400.251	122%
RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS	887.908	400.251	122%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.092.362	856.228	28%
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS	2.316	2.202	5%
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS - Nota 15 (a)	244.069	167.388	46%
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - Nota 15 (b)	157.177	124.769	26%
DIVERSAS - Nota 15 (c)	688.800	561.869	23%
NÃO CIRCULANTE	3.528	279.931	-99%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - Nota 14	3.528	279.931	-99%
OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS	3.528	279.931	-99%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.484.845	5.482.228	18%
CAPITAL SOCIAL - Nota 17 (a)	5.001.674	4.262.045	17%
RESERVAS DE LUCROS - Nota 17 (b)	1.140.840	866.975	32%
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS - Nota 17 (c)	342.331	353.208	-3%
TOTAL DO PASSIVO	39.687.649	31.122.044	28%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

VANDEVALDO TEIXEIRA RIOS
DIRETOR GERAL

JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2015

	2º Semestre 2016	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.860.367	3.824.081	3.724.815
Operações de Crédito - Nota 19	1.807.788	3.722.975	3.640.446
Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros - Nota	52.578	101.107	84.369
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.273.359)	(2.244.297)	(1.985.230)
Operações de Captação no Mercado - Nota 20	(903.323)	(1.728.709)	(1.223.170)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses - Nota 20	(12.163)	(24.363)	(37.675)
Provisão para Operações de Créditos - Nota 19/20	(357.873)	(491.225)	(724.385)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	587.008	1.579.785	1.739.585
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(262.400)	(774.241)	(910.657)
Ingressos / Receitas de Prestação de Serviços - Nota 19	325.723	650.978	603.626
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias - Nota 19	545.879	1.021.272	920.973
Dispêndio / Despesas de Pessoal - Nota 20	(1.229.711)	(2.456.223)	(2.177.045)
Outros Dispêndios / Despesas Administrativas - Nota 20	(1.394.265)	(2.719.927)	(2.141.544)
Dispêndios / Despesas Tributárias - Nota 20	(28.039)	(55.707)	(49.313)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos - Nota 19	1.522.607	2.838.412	1.948.498
Outros Ingressos/Rendas Operacionais - Nota 19	107.686	221.154	130.529
Outros Dispêndios / Despesas Operacionais - Nota 20	(112.280)	(274.200)	(146.380)
RESULTADO OPERACIONAL	324.608	805.544	828.928
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.719)	(31.441)	(43.947)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	321.888	774.103	784.981
Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.306)	(31.330)	(23.308)
SOBRAS / PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	301.583	742.773	761.673
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	-	(400.442)	(408.465)
FATES		(126.577)	(125.898)
RESERVAS DE LUCROS		(273.865)	(282.567)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS	301.583	342.331	353.208

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Legal		
Saldo em 31/12/2014	3.902.919	584.408	223.063	4.710.390
Destinação de Sobras Exercício Anterior :				
Ao Capital	222.072		(222.072)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(991)	(991)
Movimentações de Capital :				
Por Subscrição/Realização	429.757			429.757
Por Devolução (-)	(292.703)			(292.703)
Sobras ou Perdas Líquidas			761.673	761.673
Fates Atos Não Cooperativos			(55.256)	(55.256)
Destinação das Sobras do Exercício :				
. Fundo de Reserva		282.567	(282.567)	-
. FATES			(70.642)	(70.642)
Saldos em 31/12/2015	4.262.045	866.975	353.208	5.482.228
Saldo em 31/12/2015	4.262.045	866.975	353.208	5.482.228
Destinação de Sobras Exercício Anterior :				
Ao Capital	352.388		(352.388)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(820)	(820)
Movimentações de Capital :				
Por Subscrição/Realização	571.143			571.143
Por Devolução (-)	(183.902)			(183.902)
Sobras ou Perdas Líquidas			742.773	742.773
Fates Atos Não Cooperativos			(58.111)	(58.111)
Destinação das Sobras do Exercício :				
. Fundo de Reserva		273.865	(273.865)	-
. FATES			(68.466)	(68.466)
Saldos em 31/12/2016	5.001.674	1.140.840	342.331	6.484.845
Saldo em 30/06/2016	4.674.735	866.975	441.190	5.982.900
Movimentações de Capital :				
Por Subscrição/Realização	387.660			387.660
Por Devolução (-)	(60.722)			(60.722)
Sobras ou Perdas Líquidas			301.583	301.583
Fates Atos Não Cooperativos			(58.111)	(58.111)
Destinação das Sobras do Exercício :				
. Fundo de Reserva		273.865	(273.865)	-
. FATES			(68.466)	(68.466)
Saldos em 31/12/2016	5.001.674	1.140.840	342.331	6.484.845

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	2º Semestre		
	2016	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social.....	321.888	774.103	784.981
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	298.771	324.558	572.497
Despesas de depreciação e amortização.....	155.572	305.683	280.600
IRPJ / CSLL	(20.306)	(31.330)	(23.308)
Provisão para Operações de Crédito	163.505	121.516	362.005
Destinação de sobras da Central.....	-	(45.235)	(46.801)
Distribuição Dividendos Bancoob.....	-	(26.077)	-
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	3.558.488	6.894.151	5.502.823
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	(52.578)	(101.107)	(84.369)
Relações interfinanceiras e interdependências.....	803.694	278.842	961.578
Operações de crédito.....	(204.519)	388.293	(675.107)
Outros créditos.....	(966.954)	(942.089)	(16.278)
Outros valores e bens.....	(23.546)	(13.934)	(20.831)
Depósitos	3.975.853	7.048.012	6.191.013
Obrigações por empréstimos e repasses.....	-	-	(750.788)
Outras obrigações	26.539	236.134	(102.395)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.179.148	7.992.811	6.860.301
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de imobilizado de uso.....	268	268	-
Aquisição de investimentos.....	(84.315)	(112.282)	(97.061)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(60.460)	(204.373)	(248.333)
Baixa diferido	-	-	9.400
Aplicação no Intangível.....	-	-	(1.389)
Outros ajustes.....	400	400	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(144.107)	(315.987)	(337.383)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	200.362	259.843	10.165
Aumento por novos aportes de Capital.....	387.660	571.143	429.757
Devolução de Capital à Cooperados.....	(60.722)	(183.902)	(292.703)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas a Pagar.....	-	(820)	(991)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos.....	(58.111)	(58.111)	(55.256)
FATES Sobras Exercício.....	(68.466)	(68.466)	(70.642)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	200.362	259.843	10.165
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	4.235.403	7.936.668	6.533.083
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	4.235.403	7.936.668	6.533.083
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	22.665.239	18.963.974	12.430.890
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	26.900.641	26.900.641	18.963.974

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE MAIRI LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito Rural de Mairi Ltda. - SICOOB COOPEMAR é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 27/03/2000, filiada à Cooperativa Central de Crédito da Bahia. – SICOOB CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPEMAR possui Postos de Atendimento Cooperativo (PACs) nas seguintes localidades: São José de Jacuípe, Várzea do Poço, Serrolândia, Miguel Calmon, Juazeiro e Petrolina (PE).

O SICOOB COOPEMAR tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) Oferecer formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Bra-

sil, sendo consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. São considerados ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dessa forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela administração, em reunião de 07 de fevereiro de 2017.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09 e O CPC 33 - Benefícios a Empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de

alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	1.580.485	1.167.974
Relações interfinanceiras – centralização financeira	25.320.157	17.795.999
Total	26.900.642	18.963.973

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL BA** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *“impairment”*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2016** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2016**

4. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de Dezembro de 2016 e 2015**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante - até 1 ano	Não Circulante - acima de 1 ano	Total	
Títulos Dados em Garantia - Outros	68.603	754.631	823.234	722.128
Total	68.603	754.631	823.234	722.128

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CENTRAL BA, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso tem por objetivo a garantia de limites de cartão de crédito (Mastercard), com data de resgates preestabelecidos no momento da aplicação.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de **2016 e 2015**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	25.320.157	17.795.999
TOTAL	25.320.157	17.795.999

- (a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL BA.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	115.432	-	115.432	115.524
Empréstimos	3.323.586	2.405.519	5.729.105	6.172.849
Títulos Descontados	1.618.501	-	1.618.501	1.668.194
Financiamentos	453.140	452.325	905.465	827.233
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	168.462	168.537	336.999	553.026
(-) Provisões para Operações de Crédito	(519.179)	(252.029)	(771.208)	(858.013)
TOTAL	5.159.942	2.774.352	7.934.294	8.478.813

Obs: inclui avais e fianças honrados

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA - Normal	-	-	-	-	-	-	76.870	-
A 0,5% Normal	3.631.208	163.389	587.514	109.676	4.491.787	22.459	4.087.807	(20.439)
B 1% Normal	1.791.804	441.603	185.146	140.160	2.558.713	25.587	3.777.973	(37.780)
B 1% Vencidas	9.615	-	-	0,00	9.615	96	89.190	(892)
C 3% Normal	355.035	188.559	27.344	82.568	653.506	19.605	187.181	(5.615)
C 3% Vencidas	15.802	465	24.826	0,00	41.093	1.233	51.134	(1.534)
D 10% Normal	51.384	11.562	0,00	0,00	62.946	6.295	34.981	(3.498)
D 10% Vencidas	13.716	2.226	0,00	0,00	15.942	1.594	59.392	(5.939)
E 30% Normal	55.383	4.000	0,00	0,00	59.383	17.815	107.471	(32.241)
E 30% Vencidas	98.170	2.168	0,00	0,00	100.338	30.101	90.405	(27.122)
F 50% Normal	140.156	24.484	0,00	0,00	164.640	82.320	14.000	(7.000)
F 50% Vencidas	17.560	12.116	0,00	0,00	29.676	14.838	60.050	(30.025)
G 70% Normal	26.151	1.005	0,00	-	27.156	22.225	48.772	(34.141)
G 70% Vencidas	23.206	1.633	11.406	4.595	40.840	25.371	2.543	(1.779)
H 100% Normal	99.794	35.500	0,00	0,00	135.294	135.294	230.169	(230.169)
H 100% Vencidas	253.508	43.637	69.229	0,00	366.374	366.374	418.889	(418.889)
Total Normal	6.150.914	870.101	800.004	332.404	8.153.425	331.600	8.565.224	(370.883)
Total Vencidos	431.577	62.246	105.461	4.595	603.879	439.608	771.603	(486.180)
Total Geral	6.582.492	932.347	905.465	336.999	8.757.302	771.208	9.336.827	(857.063)
Provisões	(566.580)	(113.417)	(83.567)	(7.643)	(771.208)		(857.063)	
Total Líquido	6.015.911	818.930	821.898	329.355	7.986.094		8.479.764	

Obs: Inclui avais e fianças honrados

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	977.079	1.581.392	2.405.519	4.963.990
Títulos Descontados	1.489.392	129.109	-	1.618.501
Financiamentos	163.307	289.833	452.325	905.465
Financiamentos Rurais	168.462	-	168.537	336.999
TOTAL	2.798.240	2.000.334	3.026.381	7.824.955

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida. Inclui avais e fianças honrados.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	294.988	455.920	438.724	-	1.189.632	14%
Setor Privado - Indústria	22.918	28.687	9.745	-	61.350	1%
Setor Privado - Serviços	216.942	735.885	364.439	-	1.317.266	15%
Pessoa Física	377.325	4.508.280	715.134	336.999	5.937.738	68%
Outros	20.173	140.683	90.460	-	251.317	3%
TOTAL	932.346	5.869.455	1.618.502	336.999	8.757.303	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(857.063)	(495.058)
Constituições/Reversões	(450.846)	(584.506)
Transferência/Reversões para prejuízo	572.362	222.501
TOTAL	(735.547)	(857.063)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	172.644	1,97%	188.446	2,02%
10 Maiores Devedores	1.109.818	12,67%	1.425.474	15,27%
50 Maiores Devedores	3.226.046	36,84%	3.629.859	38,87%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.742.021	1.721.400
Valor das operações transferidas no período	574.592	222.500
Valor das operações recuperadas no período	(181.225)	(201.879)
TOTAL	2.135.388	1.742.021

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Créditos por Avais e Fianças Honrados	51.801	950
Rendas a Receber	327.175	255.866
Serviços Prestados a Receber	38.647	28.287
Centralização Financeira	277.424	205.815
Rendas Convênios a Receber – Inss	11.104	10.569
Outras Rendas a Receber	-	11.195

Diversos	1.007.804	149.261
Adiantamentos e Antecipações Salariais	5.626	5.267
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	15.000	3.800
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	97.080	26.339
Impostos e Contribuições a Compensar	901	900
Títulos e Créditos a Receber	73.812	73.305
Devedores Diversos – País (a)	815.384	39.650
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(67.838)	(29.224)
Total	1.318.942	376.853

a) Refere-se ao repasse de convênio de folha de pagamento na data base 31/12/2016 (R\$ 804.154) e pendências a regularizar (R\$ 11.231).

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Antecipadas	34.837	20.903
TOTAL	34.837	20.903

a) registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL BA** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	785.643	682.186
Participações inst financ controlada coop crédito	302.223	222.086
TOTAL	1.087.866	904.272

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Edificações	775.443	775.443	4%
Instalações	726.058	107.311	10%
Móveis e equipamentos de Uso	345.750	311.769	10%
Sistema de Comunicação	12.888	13.994	10%
Sistema de Processamento de Dados	475.230	397.739	20%
Sistema de Segurança	201.878	111.546	10%
(-) Total Depreciação Acumulada	(1.102.396)	(560.255)	10%
TOTAL	1.434.852	1.157.547	

11. Diferido

Até a data-base **30/11/2016**, registrava-se nesta rubrica as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.791/2016, a partir de **01/12/2016**, foi realizada a reclassificação dos saldos conforme natureza da operação e orientações contidas na Resolução 4.534 de 24/11/2016.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Gastos em Imóveis de Terceiros	0,00	722.274
Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	0,00	17.277
(-) Amortização Acumulada do Diferido	0,00	-391.831
TOTAL	0,00	347.720

12. Intangível

Até a data-base **30/11/2016**, registrava-se nesta rubrica os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.791/2016, a partir de **01/12/2016**, foi realizada a reclassificação dos saldos conforme natureza da operação e orientações contidas na Resolução 4.535 de 24/11/2016.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	329.774	313.707
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(212.454)	(164.823)
TOTAL	117.320	148.883

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já as remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	13.837.810	10.885.877
Depósito Sob Aviso	15.778	19.912
Depósito a Prazo	17.015.148	12.914.936
TOTAL	30.868.737	23.820.725

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maiores Depositante	1.244.816	4,05%	1.080.734	4,56%
10 Maiores Depositantes	7.363.075	23,98%	5.128.076	21,64%
50 Maiores Depositantes	15.528.665,12	50,57%	12.030.109	50,77%

14. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa média	Vencimento	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Bancoob	6,75%	Até 01/2018	350.269	3.528	562.612
Total			350.269	3.528	562.612

15. Outras Obrigações

a) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado De Atos Com Associados	90.088	70.673
Resultado De Atos Com Não Associados	113.774	69.318
Cotas De Capital A Pagar	40.207	27.396
TOTAL	244.069	167.388

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	9.647	1.398
Impostos e contribuições a recolher	147.530	123.371
TOTAL	157.177	124.769

c) Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	185.114	85.585
Despesas de Pessoal (b)	181.106	184.044
Outras despesas administrativas (c)	133.156	125.348
Outros Passivos	4.623	4.909
Credores Diversos – País (d)	184.801	161.983
Total	688.800	561.869

(a) O valor refere-se a salários e vencimentos a pagar.

(b) Referem-se Provisão de Férias (R\$ 117.208); provisão despesas de INSS férias (R\$ 30.122); provisão despesa de FGTS férias (R\$ 9.377); provisão despesa PIS férias (R\$ 1.172); provisão de bonificação anual (R\$ 23.227).

(c) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com água/energia/gás (R\$ 6.749), aluguéis (R\$ 12.464), comunicações (R\$ 14.263), processamento de dados (R\$ 14.274), segurança e vigilância (R\$ 574), transporte (R\$ 11.444), seguro (R\$ 11.220), plano de saúde (R\$5.230), compensação (R\$28.038); seguro prestamista (R\$ 16.060), provisão despesas com cartões (R\$ 6.890) e outras (R\$ 5.950).

(d) Refere-se à diferença de caixa (R\$3.067), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 544), créditos de terceiros (R\$ 211), cheques depositados (R\$ 20.368) e liquidação de cobrança (R\$ 160.611).

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COPEMAR** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	5.001.674	4.262.045
Associados	6.067	5.363

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do

Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20/03/2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de Dezembro de 2015**, no valor de R\$ 353.208.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício antes das destinações legais e estatutárias	742.773	761.673
Sobra líquida decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(58.111)	(55.256)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	684.662	706.416
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	(273.865)	(282.567)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(68.466)	(70.642)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	342.331	353.208

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Receita de prestação de serviços	404.315	366.294
Despesas específicas de atos não cooperativos	(39.328)	(35.176)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(235.965)	(208.607)
Resultado operacional	129.022	122.511
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(31.441)	(43.947)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.581	78.564
Imposto de Renda e Contribuição Social	(31.330)	(23.308)
Exclusão da Receita de Comissão de Faturamento e antecipação de recebíveis do negócio SIPAG	(8.140)	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	58.111	55.256

19. Receitas de Intermediação financeira/ Outras receitas operacionais

Descrição	2016	2015
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	157.164	141.221
Rendas De Empréstimos	2.501.064	2.377.185
Rendas de Títulos Descontados	608.177	502.614
Rendas De Financiamentos	231.615	236.515
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas E Refinanc	24.845	37.797
Rendas C/ Tit.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	101.107	84.369
Rendas De Prestação De Serviços	1.672.250	1.524.599
Outras Receitas Operacionais	3.288.793	2.424.140
TOTAL	8.585.014	7.328.440

20. Despesas de intermediação financeira/ Outras despesas operacionais

Descrição	2016	2015
Despesas De Captação	(1.728.709)	(1.223.170)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(24.363)	(37.675)
Despesas Administrativas	(4.879.163)	(4.044.130)
Aprovisionamentos E Ajustes Patrimoniais	(826.748)	(1.009.894)
Outras Despesas Operacionais	(320.487)	(184.644)
TOTAL	(7.779.470)	(6.499.513)

21. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	-	12.000
Outras Receitas Não Operacionais	3.512	63.048
Outras Despesas Não Operacionais	(34.953)	(118.995)
Resultado Líquido	(31.441)	(43.947)

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
278.012	2,22%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
873.995	4,27%

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2016:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque especial e conta garantida	29.180	186	3,18%
Adiantamento a Depositantes	7	-	0,00%
Títulos Descontados	48.824	244	3,00%
Empréstimos/Financiamentos	74.588	935	1,27%
Crédito Rural	7.814	51	2,32%
Coobrigações	40.367	215	5,70%

Operações ativas – saldo em 31/12/2016:

OPERAÇÕES PASSIVAS		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
1.405.332	4,58%	82%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, nas formas de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	10,41% a.m	10,41% a.m
Conta Garantida	11,32% a.m	11,32% a.m
Desconto de Cheques	2,42% a 3,85% a.m	2,42% a 3,85% a.m
Empréstimos	1,86% a 5,00% a.m	1,86% a 5,00% a.m
Crédito Rural - Repasses	6,75% a.a	6,75% a.a
Aplicação Financeira	80% a 100% CDI	80% a 100% CDI

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)	
Honorários	228.354
Cédulas de Presença	65.108
Gratificações	33.293
INSS	65.351
FGTS	18.919

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE MAIRI LTDA - SICOOB COOPEMAR, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA - SICOOB CENTRAL BA, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL BA, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL BA a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPEMAR responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL BA perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL BA em 30 de junho de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 07 de agosto de 2016, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2016 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

24. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de Dezembro de 2016**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 708.738, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2016.

27. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPEMAR**, não existem processos judiciais que figura como pólo passivo classificados como perdas possíveis.

MAIRI-BA, 07 de fevereiro de 2017.

Vandevaldo Teixeira Rios
Diretor Geral

Luciara Andrade de Oliveira
Diretor Operacional

João Almeida de Oliveira
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador – CRC/BA nº: 023450/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e três dias do mês março do ano de dois mil e dezessete, às 14:00 horas, na sede da Cooperativa de Crédito Rural de Mairi Ltda, situada à Rua Rui Barbosa 152, Centro, nesta Cidade de Mairi – Bahia, através dos abaixo assinados, declaram que, usando das atribuições que lhes conferem o Estatuto Social desta Entidade, examinaram as demonstrações financeiras e a documentação, concluindo que as atividades compreendidas entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, foram desenvolvidas de forma idônea e transparente. Portanto, recomendamos à Assembléia Geral que aprove as Contas do referido exercício sem restrições.

Mairi, 23 de março de 2017.

Wallace Alves Mendes de Souza

Coordenador

José Marcos Reis da Silva

Conselheiro Efetivo

Ueslen Cirqueira Rios

Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DE AUDITORIA

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Rural de Mairi Ltda. - SICCOB COOPEMAR Mairi - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Rural de Mairi Ltda. - SICCOB COOPEMAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Rural de Mairi Ltda. - SICCOB COOPEMAR em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 14 de março de 2017.



Antonio Alberto Sica
Contador CRC MG – 080.030/O-0
CNAI 1.845



www.sicoob.com.br

[f /sicoob.oficial](https://www.facebook.com/sicoob.oficial) [@/sicoob.oficial](https://www.instagram.com/sicoob.oficial)

